

ESTUDO

De 4,8 mil crianças e adolescentes que participaram de testagem realizada pelo Governo de Goiás, 12,3% tiveram contato com coronavírus

Análise será importante para acompanhar dinâmica da Covid-19 em pessoas com idade entre dois e 18 anos. Estado se prepara para realizar outras etapas

Divulgação



PÁGINA 03



FAMOSOS PÁGINA 02

Kurt Seyit ve Sura, uma série romântica perfeita para quem ama Outlander

Burcu Biricik interpreta a serial killer Fatma





Corte

■ **Maria Reis**

mariareisjornalista6@gmail.com

Dois tempos

1. Na semana passada, um dos principais nomes da nova geração de influenciadores do Brasil, o cearense Yarley viajou para a praia de Jericoacoara (CE) ao lado da família e da influenciadora Karen Kardashian, com o objetivo de gravar conteúdos para as redes sociais. As personalidades curtiram a vila da praia, conheceram as opções gastronômicas e a programação de aventura de Jeri, tendo como pano de fundo muito bom humor.

2. O encontro faz parte do novo projeto de Yarley de trazer influenciadores a nível nacional e internacional para conhecer os principais pontos turísticos cearenses. Os bastidores das gravações estão sendo compartilhados nas redes de Yarley (@yarley) e de Karen Kardashian (@karenkardashian). A série de vídeos conta com apoio de Casalô Hotel, Camila Personal Travel e é promovida pela agência Multus Comunicação.

Estilhaço

A bailarina goiana Anna Beatrix apresenta nos dias 04, às 19h, e no dia 05 de maio, às 09h, o seu trabalho autoral, o espetáculo Estilhaço. O evento vai ser exibido no canal do Youtube do projeto e traz em sua programação dança contemporânea, música experimental, movimentos articulados por vibrações, respirações, contrações, criando estados de corpo, e bate-papo sobre temas relacionados à cultura da dança.

Fausi Humberto



LIVE BAILE DO BRUNINHO

Um das personalidades mais atuantes na cena cultural da capital federal, Bruninho Afonso promete surpreender na quarta edição de sua Live "Baile do Bruninho", eleita pela mídia e formadores de opinião como a melhor Live já realizada em Brasília. A Live será inspirada no cenário do Programa da Hebe, e acontece logo mais, a partir das 17h, direto do Dobo Studios que fica no complexo LakeSide, com apresentação de David Brazil que receberá personalidades da capital com muita música e bate-papo. Quem comanda o musical é o cantor baiano Danilo Lira trazendo todo o swing do pagode baiano. A transmissão será pelo canal de Bruninho no YouTube

Divulgação



NOVO PROJETO

Influencer Yarley e família trazem Karen Kardashian para Jericoacoara em projeto inovador para mostrar destinos cearenses a influenciadores nacionais

Vitrine

■ VOCÊ SABIA?

A maçã tem um impacto positivo no metabolismo da gordura.

■ LEI APROVADA -

Projeto do deputado Zacharias Calil que cria o Dia Nacional da Criança Traqueostomizada, foi aprovado pela Câmara dos Deputados, a ser comemorado em 18 de fevereiro.

■ PARQUE LINEAR

- Maior intervenção privada em um dos pontos mais altos de Goiânia, o Parque Linear da OPUS Incorporadora, oferecerá ainda mais qualidade de vida aos moradores do Alto Bueno. Inspirado no High Line Park de Nova York, o cinturão verde terá túneis de árvores, e já oferece espaço para crianças, pets, exercícios físicos, tornando a cidade mais humana e sustentável. O Parque Linear terá postos de reabastecimento elétrico e wi-fi livre, e toda tecnologia de monitoramento para proporcionar ainda mais segurança.

Divulgação



■ EU NÃO SOU PARA NAMORAR -

As cantoras nordestinas Flay e Mc Mari lançaram a poderosa parceria musical no estilo brega funk intitulada "Eu Não Sou Pra Namorar". A faixa veio para enaltecer a força das mulheres na música e falar de empoderamento. O videoclipe está disponível no Youtube, repleto de referências internacionais, cenas sensuais e bastante dança. Para conferir: <https://www.youtube.com/watch?v=nYqHglDB3cA>

Kurt Seyit ve Sura, uma série romântica perfeita para quem ama Outlander

A série é baseada no livro de mesmo nome escrito pela Nermin Bezmen, que escreveu o romance baseado na história real do seu avô, o belo major do exército se apaixona por uma garota russa. Ou seja, a série é sobre o avô da autora do livro!

Kurt Seyit é um tenente mulhengo bonito e filho mais velho de um rico proprietário de terras da Criméia Turca. Seyit participa de um baile em São Petersburgo e faz uma aposta com seus amigos: Beijará a primeira menina que entrar na sala. Sura é a filha caçula de uma família nobre russa e vêm antes da alta sociedade no baile.

Quando Sura entra no salão de baile, eles se apaixonam à primeira vista e logo começam um caso cheio de obstáculos. O pai de Seyit, Mirza Eminof, quer que o seu filho case com uma



mulher turca muçulmana para garantir a prole. Por outro lado, a família de Sura quer que ela se case com homem rico e nobre da Rússia. O amor de ambos é testado pela guerra, mas também comprometido devido às intrigas de Petro Borinsky e Baronesa Lola.

Infelizmente, a série deixou a Netflix em 2020. Mas como sempre falo, os títulos licenciados da Netflix saem do catálogo por questões contratuais, e vários deles voltam algum tempo depois. Isso

já aconteceu com American Horror Story e Glee por exemplo, que saíram do catálogo e voltaram depois. Mas, de qualquer forma, não é certeza.

A alternativa é assistir no Stremio, uma plataforma que tem várias séries e filmes que não estão disponíveis no Brasil com qualidade altíssima.

Kurt Seyit ve Sura tem duas temporadas, totalizando 21 episódios. É uma maratona longa, mas que valerá a pena caso você seja fã de Outlander.

Burcu Biricik interpreta a serial killer Fatma



a produção original turca Fatma, protagonizada pela atriz Burcu Biricik estreia na Netflix. A trama acompanha uma humilde faxineira que possui um filho doente, e além disso, vive em busca do paradeiro de seu esposo desaparecido. Nesse processo ela acaba por cometer um homicídio não intencional, e, desde então, é forçada a continuar matando pessoas para sobreviver. Segundo

a intérprete do personagem principal, Fatma é uma história sobre as "lutas internas" de diversas mulheres ao redor do mundo. "Em um mundo regido pela hegemonia masculina, acredito que muitas mulheres verão uma parte de si mesmas na história de Fatma. Eu vi essa história como uma mulher lutando por sua existência e sobreviver em um mundo dominado

pelos homens. Também vejo a história de Fatma como uma forma metafórica de explicar nossas lutas internas como mulheres", confessou Burcu em entrevista à Variety.

A série é uma criação de Özgür Önurme, o qual assina o roteiro e a direção do show, e além de Burcu, o elenco ainda conta com os nomes de Usur Yücel e Mehmet Yılmaz Ak.

ESTUDO

De 4,8 mil crianças e adolescentes que participaram de testagem realizada pelo Governo de Goiás, 12,3% tiveram contato com coronavírus

Análise será importante para acompanhar dinâmica da Covid-19 em pessoas entre dois e 18 anos. Estado se prepara para realizar outras etapas

SECOM/GO - O Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO), divulgou nesta quarta-feira (28/04) que, 4.888 pessoas na faixa etária de dois a 18 anos, residentes em Goiânia e demais municípios do Estado, participaram da testagem ampliada para a Covid-19, realizada de 6 a 10 de abril deste ano. A prevalência total de resultados IgG positivo foi de 12,3%, sugerindo que, em algum momento passado, essa porcentagem de participantes tiveram contato com o vírus. Análise será importante para acompanhar a dinâmica da doença na faixa etária testada.

Os resultados também

Divulgação



sugerem uma prevalência total de anticorpos IgM positivo para a doença de 3,3%. Isso indica uma possível infecção recente nas pessoas deste grupo. A amostragem do estudo não selecionou os participantes por critérios estatísticos, o que significa que os resultados sobre prevalência não podem ser extrapolados para a população, devendo ser interpretados com cautela. Os dados foram apresentados duran-

te a reunião do Centro de Operações de Emergências (COE) em Saúde Pública de Goiás para Enfrentamento ao Coronavírus.

Durante o encontro com os técnicos do COE, a titular da Superintendência de Vigilância em Saúde (Suvisa) da SES-GO, Flúvia Amorim, reforçou que a pesquisa não pode ser usada para uma análise da população em geral, mas apenas das pessoas testa-

das. “Temos a pretensão de fazer outras testagens, pois queremos acompanhar e entender melhor a dinâmica da doença nessa faixa etária. Então, uma vez só não é suficiente, por isso, pretendemos repetir esse trabalho”, explica.

Para realizar a ação, o Estado utilizou o teste rápido para detecção quantitativa de anticorpos para o vírus Sars-CoV-2, da Bio Mangui-

alizada nos estacionamentos da Área V da Pontifícia Universidade Católica de Goiás e do Burity Shopping, faz parte de um projeto desenvolvido pela SES-GO por meio da Suvisa e da Superintendência da Escola de Saúde de Goiás (Sesg). Após avaliação, essa foi a primeira divulgação dos resultados consolidados do programa que testou crianças e adolescentes.

ANÁLISE

Além de identificar a soroprevalência da infecção pelo coronavírus no grupo testado, o inquérito identificou as características socioeconômicas dos participantes. A análise mostrou que não houve diferença significativa de prevalência de IgM e IgG entre os níveis de escolaridade (infantil, fundamental e médio). Também não foi identificada diferença de prevalência de resultados IgM e IgG positivo de acordo com a cor/raça declarada pelo

participante. Com relação à renda familiar mensal, apesar da prevalência de resultados IgM positivo ser de 4,4% para os participantes com renda inferior a um salário mínimo, e de 2,8% para aqueles com renda maior ou igual a 7 salários mínimos, não houve uma diferença significativa na prevalência entre os testados.

A superintendente da Sesg, Viviane Leonel, avaliou que ações como essa geram um benefício direto para a sociedade, possibilitando o acesso aos testes sorológicos e seus respectivos resultados. Além disso, permitem ampliar o conhecimento sobre a epidemiologia da Covid-19 dentro do grupo etário testado. “A participação da população foi muito importante nesse momento e esperamos contar novamente com a adesão dos pais e com a participação de todos os envolvidos necessários para que mais ações deste tipo sejam realizadas”, frisou.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Caminhos indicados pela Cúpula do Clima podem impulsionar o agro brasileiro

O maior comprometimento dos líderes mundiais na Cúpula do Clima quanto à implementação de políticas públicas e ações para ampliar a conservação de biomas e ecossistemas e diminuir os riscos das mudanças climáticas representa uma grande oportunidade para o Brasil, que conta com uma biodiversidade ímpar e um agronegócio que pode aliar proteção ambiental com uma produção segura e de qualidade.

Na avaliação de Francisco Beduschi Neto, executivo da National Wildlife Federation (NWF) no Brasil, os anúncios promovidos pelo Governo Federal indicam uma nova postura perante a questão ambiental, mas é preciso que sejam efetivamente cumpridos. “Para isso, é necessária a elaboração de uma agenda, com a participação da cadeia do agro, assegurando a transparência e o progresso até 2050, quando se pretende atingir a neutralidade climática”, afirma.

Em sintonia com os

Divulgação



Francisco Beduschi Neto - Engenheiro agrônomo especialista em agricultura sustentável e Executivo da NWF-National Wildlife Federation no Brasil

investidores internacionais e os consumidores, as nações compradoras de commodities e produtos brasileiros querem uma resposta rápida e eficiente do Brasil quanto à conservação ambiental e ao combate e erradicação do desmatamento ilegal e da invasão de áreas protegidas.

Por isso, Beduschi pondera que o país deve ace-

ler ações relacionados que mostram esse direcionamento, como agilizar a análise do CAR, complementar a implementação do Código Florestal e aprimorar sistemas de informação e conjuntos de dados existentes. “Por outro lado, é importante ressaltar a sanção da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, que remunera os produtores rurais, estimulando a manutenção e preservação ambiental”, complementa.

Nesse sentido, Beduschi lembra que o país liderou as questões ambientais em diversas oportunidades e, mais uma vez, tem a chance de se colocar como formador de opinião na pauta. A seu ver, se o Brasil não agir com celeridade poderá ficar na retaguarda, perdendo oportunidades de investimentos, crescimento, desenvolvimento e de condução de novos mercados, como a bioeconomia, economia verde e economia do carbono.

NOEMI OLIVEIRA

CONCEITO INOVADOR

Sicoob UniCentro Br inaugura Agência Digital

Maysa Carvalho

Atenta aos anseios do mercado financeiro, a Sicoob Unicentro Br inaugurou na quinta-feira (29) a sua primeira agência digital. Conferindo ainda mais agilidade e dinamismo, a novidade chega como um agente de mudança e transformação em que a união de tecnologia, pessoas e processos estão voltados para otimizar a vida dos cooperados por meio dos canais digitais, já tão usados.

“Esse lançamento é um marco muito importante porque é bem mais do que uma agência digital pura e simples, como um grande banco ou uma fintech. Estamos lançando também o Proosperah!, portal de conteúdo em que nós temos a responsabilidade de educar a comunidade sobre o cooperativismo e educação financeira. Além disso, nossa agência tal vem mais humanizada, também cooperando para a geração de justiça financeira, que é o nosso principal propósito”, afirma Ranny Galli, Gestor Estratégico do Sicoob UniCentro Br.

Para o Diretor Presidente, Raimundo Nonato, a agência digital trará mais acessibilidade e é motivo de orgulho para o Sicoob



UniCentro Br. “Este é um momento muito especial porque o mundo digital já é uma realidade, e todas as instituições estão investindo neste sistema, no processamento, na facilidade e com a Cooperativa não seria diferente. Mesmo no mundo digital, o relacionamento com os cooperados segue sendo diferenciado”, afirma.

MARCO

Diogo Mafia Vieira, Diretor de Relacionamento e Inovação destacou que o lançamento integra um processo de transformação das cooperativas e do sistema financeiro. “Nós temos rapidamente crescido. A Agência Digital que lançamos e que está sendo inaugurada já

conta com o serviço em funcionamento desde o início do ano, com mais de 1500 cooperados. É um marco”, celebra.

Sobre o portal Proosperah!, a gerente de agência Amanda Gouvea destaca. “Promoverá a educação financeira e expandirá a mensagem do cooperativismo, sobre seus diferenciais, objetivos. O portal permite que possamos abraçar também um público mais jovem, que está iniciando sua jornada financeira para que cresça conosco”, afirma.

A novidade do digital se une ao novo nome da Sicoob UniCentro Br, que apresentou seu novo posicionamento de marca da cooperativa.

MARIARA DAL BOSCO

Classificados & Editais

(62) 3249-8883
editais@gazetadoestado.com.br

Gazeta do Estado

A notícia do jeito
que você precisa!

Leia e anuncie!

1º LUGAR NO
SEGMENTO GOSPEL
DO ESTADO DE GOIÁSDISPONÍVEL NAS PRINCIPAIS REDES SOCIAIS
E PLATAFORMAS DE STREAMING DA INTERNET

GOSPELHD.COM.BR

Gazeta

Gazeta Multiplataforma LTDA

CNPJ: 17.766.906/0001-14

Alameda do Contorno, 1508, Qd. 37, Lt. 05,
Santo Antônio, CEP: 74.853-120, Goiânia-GODIRETOR PRESIDENTE
Adão dos Reis Gonçalves
adao@gazetadoestado.com.brCOMERCIAL
Tel: (62) 3249-8883
comercial@gazetadoestado.com.brPUBLICAÇÃO LEGAL
Tel: (62) 3249-8883
editais@gazetadoestado.com.brREDAÇÃO
redacao@gazetadoestado.com.brDISTRIBUIÇÃO
go@gazetadoestado.com.br
df@gazetadoestado.com.brDIREÇÃO GRÁFICA
Érika SandraDIAGRAMAÇÃO
Gabriela NunesDIREÇÃO DE JORNALISMO
Adão Gonçalves
MTB 3719/GOEDITOR DE REPORTAGEM
Luís Carlos Castro
MTB 3697/GO
luisgazetadoestado@gmail.com

Matérias e artigos assinados não representam a opinião do jornal

Trinus Co. Participações S.A.
31 de dezembro de 2020 com relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Goiania, 09 de fevereiro de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.
Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos
Auditoria dos valores correspondentes
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 06 de maio de 2020, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Wagner dos Santos Júnior
Contador CRC-1SP216386/O-T

Eric Horta Plantino
Contador CRC-MG-107829/O-8

Trinus Co. Participações S.A.					
Balanços patrimoniais					
31 de dezembro de 2020 e 2019					
(Em milhares de reais)					
Nota	Controladora		Consolidado		
	2020	2019	2020	2019	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	16	993	18	1.205
Contas a receber	6	-	-	17.822	8.937
Partes relacionadas	7	793	-	-	-
Dividendos a receber	8	9.495	-	-	-
Outros créditos		206	8	273	20
Total do ativo circulante		10.510	1.001	18.113	10.162
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	5	1.105	-	1.105	-
Partes relacionadas	7	1.167	603	737	-
Outros créditos		-	81	-	262
Investimentos	9	12.754	8.215	9.023	953
Ativo imobilizado	10	2.185	434	3.119	1.531
Ativo intangível		1	-	728	37
Direito de uso	11	962	1.228	1.411	1.967
Total do ativo não circulante		18.174	10.561	16.123	4.750
Total do ativo		28.684	11.562	34.236	14.912

Nota	Controladora		Consolidado		
	2020	2019	2020	2019	
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	12	758	297	1.378	635
Empréstimos e financiamentos	16	1.000	-	1.044	-
Obrigações trabalhistas		6	6	476	223
Obrigações tributárias	13	1	-	3.803	2.058
Passivo de arrendamento	14	398	138	675	432
Outros passivos	15	1.385	-	1.385	4
Total do passivo circulante		3.548	441	8.761	3.352
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	1.000	-	1.035	-
Passivo de arrendamento	14	904	1.188	1.039	1.611
Partes relacionadas	7	-	80	-	19
Provisões para demandas judiciais	17	-	-	22	-
Dividendos a pagar		-	-	104	-
Outros passivos	15	1.627	-	1.631	-
Total do passivo não circulante		3.531	1.268	3.831	1.630
Patrimônio líquido					
Capital social		235	500	235	500
Reserva de lucros		21.299	9.353	21.299	9.353
Reserva legal		71	-	71	-
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		21.605	9.853	21.605	9.853
Patrimônio líquido atribuível aos não controladores		-	-	39	77
Total do patrimônio líquido		21.605	9.853	21.644	9.930
Total do passivo e patrimônio líquido		28.684	11.562	34.236	14.912

Trinus Co. Participações S.A.					
Demonstrações dos resultados					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019					
(Em milhares de reais)					
Nota	Controladora		Consolidado		
	2020	2019	2020	2019	
Receita operacional líquida	19	-	-	22.238	12.970
Custos de serviços prestados	20	-	-	(2.143)	(1.373)
Lucro bruto		-	-	20.095	11.597
Despesas administrativas e gerais	21	(2.310)	(327)	(6.656)	(3.644)
Despesas comerciais	21	(338)	-	(2.536)	(2.671)
Resultado de equivalência patrimonial	9.1	14.844	2.865	4.108	(1.020)
Outras receitas operacionais, líquidas		20	3.822	36	3.695
Lucro antes do resultado financeiro, líquido		12.216	6.360	(5.048)	(3.640)
Despesas financeiras		(122)	(3)	(193)	(41)
Receitas financeiras		20	10	5	16
Resultado financeiro, líquido		(102)	7	(188)	(25)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		12.114	6.367	14.859	7.932
Imposto de renda corrente e diferido	22	-	-	(1.924)	(1.112)
Contribuição social corrente e diferido	22	-	-	(701)	(409)
Lucro líquido do exercício		12.114	6.367	12.234	6.411
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		-	-	12.114	6.367
Acionistas não controladores		-	-	120	44
Lucro por ação:				0,053	1,282

1 Contexto Operacional
A Trinus Co. Participações S.A. ("Companhia", "Trinus Co" ou "Grupo"), foi constituída em 10 de setembro de 2014, com sede na cidade de Goiânia-GO, e está localizada na Rua 72, 783, Ed. Trend Office Home, 12º andar, Jardim Goiás. A Companhia tem como atividades a participação societária de instituições não financeiras, conforme quadro abaixo:

Nome	Relação	% participação	
		2020	2019
Trinus Tecnologia Ltda.	Controlada	99,99	-
TG Core Asset Ltda.	Controlada	98,91	98,91
Investpar Participações Ltda.	Coligada	67,20	4,00
Habitat Capital Partners Asset Management Ltda.	Coligada	35,28	23,52

A Companhia preza pela excelência em gestão imobiliária e de investimentos e se consolida como uma holding voltada para o desenvolvimento imobiliário brasileiro, atuando por meio de suas investidas como a ponte que conecta o mercado financeiro e de crédito estruturado ao mercado imobiliário e à economia real.

1.1 Cisão Parcial da Companhia
Em 30 de junho de 2020, foi firmado o protocolo de cisão parcial entre os administradores da GTC Participação e Empreendimentos Ltda (atual Trinus Co. Participações S.A.). A proposta de cisão justifica-se por integrar um projeto de reestruturação societária em nível internacional com o intuito de segregar determinadas linhas de negócios em pessoas jurídicas distintas, dando-lhes maior flexibilidade para a busca de investidores e permitindo um melhor controle das atividades dessas linhas de negócio pelo acionista. A operação tem como uma de suas consequências a versão da parcela de patrimônio da GTC à Avenir Co, com a transferência do acervo patrimonial da Avenir Participações Ltda (Avenir), dedicado às atividades não core business do Grupo. O critério utilizado para a avaliação do patrimônio da Avenir, com vistas à cisão parcial e consequente versão de parcela do mesmo à Avenir Co, foi o valor do patrimônio líquido contábil cindido, apurado com base no balanço patrimonial da GTC, levantado em 30 de

Trinus Co. Participações S.A.					
Demonstrações dos resultados abrangentes					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019					
(Em milhares de reais)					
	Controladora		Consolidado		
	2020	2019	2020	2019	
Lucro líquido do exercício	12.114	6.367	12.234	6.411	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Resultados abrangente total	12.114	6.367	12.234	6.411	
Atribuível aos:					
Acionistas controladores	-	-	12.114	6.367	
Acionistas não controladores	-	-	120	44	
Lucro por ação:			0,053	1,282	

Trinus Co. Participações S.A.							
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido							
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019							
(Em milhares de reais)							
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
Em 1º de janeiro de 2019	500	-	5.632	-	6.132	7	6.139
Cessão e transferência de quotas	-	-	-	-	-	26	26
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.367	6.367	44	6.411
Dividendos pagos	-	-	-	(2.646)	(2.646)	-	(2.646)
Constituição de reserva de lucros	-	-	3.721	(3.721)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	500	-	9.353	-	9.853	77	9.930
Cisão parcial	(265)	-	-	-	(265)	-	(265)
Cessão e transferência de quotas	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.114	12.114	120	12.234
Constituição de reserva legal	-	71	-	(71)	-	-	-
Dividendos pagos	-	-	-	(97)	(97)	(55)	(152)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(105)	(105)
Constituição de reserva de lucros	-	-	11.946	(11.946)	-	3	3
Em 31 de dezembro de 2020	235	71	21.299	-	21.605	39	21.644

Trinus Co. Participações S.A.					
Demonstrações dos fluxos de caixa					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019					
(Em milhares de reais)					
	Controladora		Consolidado		
	2020	2019	2020	2019	
Atividades operacionais					
Lucro antes dos impostos		12.114	6.367	14.859	7.932
Ajuste para reconciliação de resultado:					
Depreciação e amortização		252	-	587	309
Depreciação dos ativos de direito de uso		266	97	556	383
Equivalência patrimonial		(14.844)	(2.865)	(4.108)	1.020
Juros		108	-	140	23
Provisão para demandas judiciais		-	-	22	-
Imposto diferido		-	-	2.589	-
Perdas de intangível e outros créditos		-	-	145	-
Participação de não controladores		-	-	120	-
Varição nos ativos e passivos		-	-	(8.885)	(3.959)
Contas a receber		-	-	(8.885)	(3.959)
Outros créditos		(117)	133	(91)	74
Fornecedores		461	297	743	485
Outros passivos		3.012	-	3.012	5
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias		1	3	(2.369)	(54)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(967)	(571)
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais		1.253	4.032	6.353	5.647
Atividades de investimento					
Aporte em investidas		(7.166)	(569)	(7.444)	(319)
Alienação de investimentos		160	227	271	22
Dividendos recebidos		7.551	(134)	2.938	42
Títulos e valores mobiliários		(1.105)	-	(1.105)	-
Ativo imobilizado e intangível		(2.004)	(434)	(2.902)	(744)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	379	-	68
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento		(2.564)	(531)	(8.242)	(931)
Atividades de financiamento					
Partes relacionadas		(1.437)	-	(19)	-
Captações de empréstimos		2.000	-	2.079	19
Pagamento de principal de passivos de arrendamento		(132)	-	(469)	(331)
Dividendos pagos		(97)	(2.646)	(152)	(3.269)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	80	(737)	-
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento		334	(2.566)	702	(3.581)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(977)	935	(1.187)	1.135
Caixa e equivalentes de caixa:					
No início do exercício		993	58	1.205	70
No final do exercício		16	993	18	1.205

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ativo	31 de dezembro de 2020		
	GTC	Acervo cindido	GTC - Após cisão
Circulante	23	-	23
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	7
Outros créditos	16	-	16
Não circulante	9.751	265	9.486
Créditos com partes relacionadas	189	-	189
Outros créditos	31	-	31
Investimentos	6.438	265	6.173
Direito de uso	1.095	-	1.095
Imobilizado	1.998	-	1.998
Total do Ativo	9.774	265	9.509

	GTC	Acervo cindido	GTC - Após cisão
Passivo			
Circulante	701	-	701
Fornecedores	377	-	377
Obrigações trabalhistas	3	-	3
Contas a pagar	321	-	321
Não circulante	4.978	-	4.978
Débitos com partes relacionadas	81	-	81
Contas a pagar	4.897	-	4.897
Patrimônio líquido	4.095	265	3.830
Capital Social	500	265	235
Reservas de lucros	3.595	-	3.595
Total do Passivo	9.774	265	9.509

Após a cisão, houve a sétima alteração do contrato social da GTC e transformação do tipo jurídico de sociedade limitada para sociedade por ações sob a denominação de Trinus CO. Participações S.A.

2. Políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração e apresentação
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Normas Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e somente elas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão das operações da Companhia. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela diretoria em 9 de fevereiro de 2021.

2.2 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2020. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida, e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
 - Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
 - A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.
- Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, serão considerados todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:
- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
 - Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
 - Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando esta deixar de exercer o mencionado controle. Ativos, passivos e resultados de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle, até a data em que ela deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Trinus Co. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido, além da baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante, como ganho ou perda, é contabilizada no resultado. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Trinus Co em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

2.3 Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- O caixa e equivalentes de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

2.4 Descrição das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento, e não como parte de caixa e equivalentes de caixa.

b) Contas a receber

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e, quando aplicáveis, deduzidas da provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD). A PECLD é calculada mediante a análise individual dos títulos em atraso ou com perspectivas de inadimplência, sendo esse trabalho feito com base na posição analítica por duplicatas dos títulos em aberto, na data do balanço e na perda esperada. Em 2019 e 2020 a Companhia efetuou a avaliação e não identificou necessidade de constituição da provisão.

c) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da controladora. A participação societária nas controladas são apresentadas na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuído à controladora. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável.

Os investimentos registrados pelo método de custo são inicialmente reconhecidos pelo custo do investimento sendo avaliados anualmente para verificar se há redução ao valor recuperável a ser realizado. As distribuições recebidas pela investidora em investimentos registrados pelo valor de custo são reconhecidas diretamente no resultado, à medida em que são efetivamente recebidas e não registradas nas rubricas de outras receitas.

d) Imobilizado

Obras em andamento, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui a reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, baseados em laudos de avaliação, conforme a seguir apresentado:

- Benefetórias em imóveis de terceiros: de 04 a 06 anos;
- Computadores e periféricos: de 02 a 05 anos;
- Máquinas e equipamentos: de 10 a 20 anos; e
- Móveis e Utensílios: de 2 a 10 anos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos, bem como os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

e) Intangível

Os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido, caso exista. As licenças de programas de computador (softwares) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas e amortizadas conforme as respectivas taxas de vida útil e os gastos associados à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos. A vida útil estimada de softwares é de 02 a 05 anos.

f) Tributação

Regime de tributação
A controladoraapura seus impostos com base no lucro real. Para suas controladas, a provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro presumido tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é calculado com base em uma presunção sobre a receita operacional bruta. A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.
• Imposto de Renda Pessoa Jurídica, à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240, aplicado à presunção de 32% sobre a base de cálculo apurada;
• Contribuição social sobre o lucro líquido: à alíquota de 9% aplicado à presunção de 32% sobre a base de cálculo apurada.
A alíquota vigente do ISS (Impostos sobre serviços), é de 5%, de acordo com a legislação municipal. A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas com base nas leis e nos normativos tributários promulgados no decorrer do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Tributos diferidos

Quando a prática contábil difere da prática fiscal, é calculado um passivo ou ativo de impostos e contribuições sociais federais diferidos para refletir quaisquer diferenças temporárias. O imposto de renda, a contribuição social, o PIS e a COFINS diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais decorrentes de diferenças temporárias entre a base fiscal, que determina a tributação, conforme o recebimento (Instrução Normativa nº 84/79 SRF) e a efetiva apropriação da receita contábil, efetuada de acordo com o CPC 47.

g) Receitas

A receita é reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas quando as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando a Companhia transfere o controle de um produto para um cliente. Especificamente, o reconhecimento de receita segue a seguinte abordagem de cinco etapas:

- identificação do contrato com o cliente;
- identificação das obrigações de desempenho no contrato;
- determinação do preço da transação;
- alocação do preço da transação; e por fim,
- reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

O modelo de negócio da Companhia é predominantemente baseado em duas taxas cobradas pelos fundos de investimento, são elas, a taxa de gestão e de performance. As remunerações efetivas referentes à taxa de gestão da instituição administradora e do gestor são calculadas diariamente, de acordo com os percentuais fixos referidos na estruturação dos fundos presentes no contrato de gestão sobre o valor do patrimônio líquido, e são pagas no mês subsequente ao fechamento da taxa, aos respectivos prestadores de serviço, a partir do mês em que ocorre a primeira integralização de quotas. Adicionalmente, a gestora faz jus a uma taxa de performance em função dos resultados que forem obtidos que ultrapassarem o percentual de rentabilidade presente no contrato de gestão com o investimento no empreendimento alvo. Está remuneração tem seu cálculo diário com pagamento mínimo semestral, anual ou em doze vezes. Mensalmente essa receita é reconhecida, de acordo com o cumprimento da obrigação de desempenho. A receita líquida é mensurada excluindo descontos, impostos ou encargos sobre vendas.

h) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pela Companhia, quando forem parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo ou custo. Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2020 os ativos financeiros da Companhia encontravam-se classificados nas seguintes categorias:

Categoria	Ativos financeiros	Mensuração
Valor justo por meio do resultado	- Títulos e valores mobiliários	Mensurado ao valor justo por meio do resultado.
Custo amortizado	- Caixa e equivalentes de caixa - Contas a receber de clientes	Mensurado pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros da Companhia, estão classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. Os custos de transações estão apresentados como reduções do passivo circulante e não circulante, sendo apropriados ao resultado no mesmo prazo de pagamento do financiamento que o originou, com base na taxa efetiva de cada transação. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. Em 31 de dezembro de 2020, os passivos financeiros da Companhia encontravam-se classificados nas seguintes categorias:

Categoria	Passivos financeiros	Mensuração
Custo amortizado	- Fornecedores - Outros passivos - Empréstimos e financiamentos	Mensurado pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.
	- Passivo de arrendamento - Dividendos a pagar	

i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

j) Arrendamentos

A Trinus Co aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. São reconhecidos os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

O Trinus Co reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado novamente se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

k) Dividendos a pagar

A Companhia é autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, mensalente, trimestralmente ou semestralmente, com base em levantamento de balanço intermediário. Os dividendos distribuídos serão declarados como antecipação do dividendo obrigatório.

2.5 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que refleto, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas

O Grupo é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.6 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas que não entraram em vigor

Na data de elaboração das demonstrações financeiras, não havia normas ou interpretações emitidas ou alteradas, que pudessem ter impacto nas demonstrações financeiras.

2.7 Novas normas, alterações e interpretações dos pronunciamentos contábeis de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2020

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações e aos pronunciamentos técnicos a seguir, emitidos pelo CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020.

CPC 15 (R1) – Combinação de negócios

Em outubro de 2018, na revisão obrigatória do CPC, houve alteração do CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio.

CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de estimativas e Retificação de erros

Alinha a definição de "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarece certos aspectos da definição.

CPC 38 (R1) – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração / CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: Evidenciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros

Aborda sobre a reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado, que serão finalizadas em períodos futuros.

CPC 06 (R2) – Arrendamentos

Concede ao arrendatário uma isenção de avaliar se uma concessão de aluguel relacionada ao COVID-19 é uma modificação do arrendamento ou não.

A Companhia não identificou impactos relevantes em decorrência das normas e interpretações emitidas.

2.8 Novas normas, alterações e interpretações dos pronunciamentos contábeis de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2019

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronunciamentos técnicos a seguir, emitidos pelo CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil

A partir de 1º de janeiro de 2019, adotou o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, conforme prática descrita no item 2.4 i). Na data da adoção, a Companhia reconheceu o passivo de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utilizou uma média de 7,44% a.a. baseada na sua taxa de empréstimo incremental. Os efeitos da adoção estão demonstrados nas notas explicativas nº 11 Direito de uso e nº 14 Passivo de arrendamento.

ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A instrução ICPC 22 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a Companhia:

- Determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e
- Avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda: - Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda. Em caso negativo, a entidade deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil.

As entidades podem aplicar a interpretação com base na aplicação retrospectiva integral ou na aplicação retrospectiva modificada sem representação de informações comparativas retrospectiva ou prospectivamente. Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e procedimentos de tribunais administrativos e judiciais.

A Administração da Companhia passou a considerar os aspectos do ICPC 22 e revisou os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes judiciais.

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos
A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Trinus Co requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, listados abaixo.

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas em periodicidade, no mínimo, anual. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos
A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Trinus Co requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, listados abaixo.

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas em periodicidade, no mínimo, anual. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

4 Caixa e equivalentes de caixa

(a) Investimento em fundo de investimento – TG Liquidez, com rentabilidade média 7,09% ao ano.
5 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fundo de investimento (a)	1.105	-	1.105	-
	1.105	-	1.105	-

(a) A Companhia investiu em fundo multimercado (TC FIC DE FIM CP) sob gestão da HIGH Gestão e Investimentos Ltda. A remuneração do fundo é variável.

6 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Taxa de gestão	-	-	924	1.072
Taxa de performance	-	-	16.898	7.865
	-	-	17.822	8.937

(a) Refere-se ao reconhecimento das receitas de contratos com clientes (taxa de gestão e performance) baseada na transferência do controle do bem ou serviço prometido (obrigações de performance contratuais) para os próximos 30 dias. A composição do vencimento do contas a receber é de até 30 dias.

7 Partes relacionadas

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Investopar (a)	672	-	672	-
Trinus Tech (a)	495	-	-	-
TG Core Asset (b)	793	603	-	-
Outros	-	-	65	-
	1.960	603	737	-
Circulante	793	-	-	-
Não circulante	1.167	603	737	-

(a) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital.

(b) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital. Em janeiro de 2021 houve a devolução dos valores para os quotistas.

Passivo	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
TG Core Asset	-	80	-	19
	-	80	-	19

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 2019 e 2020, não houve remuneração do pessoal-chave da Administração.

8 Dividendos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Dividendos a receber	9.495	-	-	-
	9.495	-	-	-

Refere-se a dividendos a receber da controlada TG Core Asset.

9 Investimentos

Investidas	% Participação		Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
TG Core Asset Ltda.	98,91%	98,91%	3.556	7.243	-	-
Avenir Participações Ltda. (a)	-	99,83%	-	264	-	-
Investopar Part. Ltda. (c)	67,20%	4,00%	3.187	178	3.187	178
Habitat C. P. Asset Ltda.	35,28%	23,52%	2.794	392	2.794	392
Trinus Educacional (a)	-	0,01%	-	-	-	5
Trinus Tecnologia (d)	99,99%	-	214	-	-	-
Evolve Desenv. e Part. Ltda. (e)	-	25,00%	-	90	-	90
Hconveste Part. S.A. (e)	-	25,00%	-	19	-	19
Hforte Participações S.A. (e)	-	4,50%	-	4	-	4
HCP Gestão de Inv. e Participações Ltda. (e)	-	24,00%	-	24	-	24
Share Participações Ltda. (f)	-	-	-	-	-	204
Outros investimentos (b)	-	-	3.003	1	3.042	37
			12.754	8.215	9.023	953

(a) Durante o processo de reorganização societária a Companhia optou pela cessão de suas quotas à Avenir Co, conforme demonstrado na nota explicativa 1.

(b) Refere-se substancialmente ao projeto Trinus para abertura de uma Sociedade de Crédito Direto (SCD) voltada para a realização de empréstimos com utilização exclusiva de plataforma eletrônica: empréstimo para pessoa física ou jurídica (com ou sem garantia), financiamento e aquisição de direitos creditórios (antecipação).

(c) Em 2020, houve o aumento da participação na Investopar, com aquisição de 63,2%, perfazendo a participação total de 67,2%. A Investopar é controlada em conjunto pela Companhia, motivo pelo qual suas informações financeiras não são consolidadas.

(d) Constituição de uma empresa desenvolvedora de soluções tecnológicas: Trinus Tecnologia.

(e) Durante processo de reorganização societária a Companhia optou pela alienação total de sua participação nessas sociedades.

(f) Refere-se a controlada indireta da Companhia e, durante processo de reorganização societária, a participação foi alienada.

9.1 Movimentação de 2020

Investidas	Controladora					
	2019	Adição	Baixa	Ágio	Equivalência Patrimonial	Dividendos 2020
TG Core Asset Ltda	7.243	-	-	-	9.962	(13.649)
Avenir Participações Ltda	264	1	(265)	-	2.676	(2.676)
Investopar Participações Ltda	178	3.539	-	347	(801)	(76)
Habitat C. P. Asset Management Ltda	392	12	-	-	3.035	(645)
Trinus Tecnologia Ltda	-	251	(9)	-	(28)	-
Evolve Desenv. e Participações Ltda	90	14	(104)	-	-	-
Hconveste Participações S.A.	19	-	(19)	-	-	-
Hforte Participações S.A.	4	-	(4)	-	-	-
HCP Gestão de Inv. e Participações Ltda	24	-	(24)	-	-	-
Share Participações Ltda	204	2	-	-	-	(206)
Outros investimentos	37	3.002	-	-	-	-
	8.215	6.819	(425)	347	14.844	(17.046)

Investidas	Consolidado					
	2019	Adição	Baixa	Ágio	Equivalência Patrimonial	Dividendos 2020
Avenir Participações Ltda	-	265	(265)	-	1.874	(1.874)
Investopar Participações Ltda	178	3.539	-	347	(801)	(76)
Habitat C. P. Asset Management Ltda	392	12	-	-	3.035	(645)
Trinus Educacional	5	-	(5)	-	-	-
Trinus Tecnologia Ltda	-	251	(9)	-	-	(242)
Evolve Desenv. e Participações Ltda	90	14	(104)	-	-	-
Hconveste Participações S.A.	19	-	(19)	-	-	-
Hforte Participações S.A.	4	-	(4)	-	-	-
HCP Gestão de Inv. e Participações Ltda	24	-	(24)	-	-	-
Share Participações Ltda	204	2	-	-	-	(206)
Outros investimentos	37	3.005	-	-	-	-
	953	7.088	(430)	347	4.108	(3.043)

9.1 Movimentação de 2019

Investidas	Controladora					
	2018	Adição	Baixa	Ágio	Equivalência Patrimonial	Dividendos 2019
TG Core Asset Ltda	3.946	-	-	-	3.325	(28)
Avenir Participações Ltda	-	264	-	-	48	(48)
Investopar Participações Ltda	202	-	-	-	(24)	178
Habitat C. P. Asset Management Ltda	-	24	-	-	431	(63)
Trinus Tecnologia Ltda	4	139	-	-	(143)	-
Evolve Desenv. e Participações Ltda	8	24	-	-	58	-
Hconveste Participações S.A.	63	9	-	-	(53)	-
Hforte Participações S.A.	59	-	(3)	-	(52)	-
HCP Gestão de Inv. e Participações Ltda	836	24	-	-	(836)	-
Outros investimentos	(110)	-	-	-	111	-
	5.008	484	(3)	-	2.865	(139)

Investidas	Consolidado					
	2018	Adição	Baixa	Ágio	Equivalência Patrimonial	Dividendos 2019
Investopar Participações Ltda	202	-	-	-	(24)	178
Habitat C. P. Asset Management Ltda	-	24	-	-	431	(63)
Trinus Educacional	4	14	(4)	-	(9)	5
Trinus Tecnologia Ltda	4	139	-	-	(143)	-
Evolve Desenv. e Participações Ltda	8	24	-	-	58	-
Hconveste Participações S.A.	63	9	-	-	(53)	-
Hforte Participações S.A.	59	-	(3)	-	(52)	-
HCP Gestão de Inv. e Participações Ltda	836	24	-	-	(836)	-
Share Participações Ltda	-	204	-	-	-	204
Outros investimentos	(114)	543	-	-	(392)	-
	1.062	981	(7)	-	(1.020)	(63)

Os principais saldos das controladas incluídos na consolidação estão apresentados a seguir:

	Ativo			Passivo			Resultado
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido
2020							
TG Core Asset Ltda	17.855	1.457	19.312	15.529	186	3.597	19.312
Trinus Tecnologia Ltda.	1	795	796	87	-	709	796
Total controladas	17.856	2.251	20.108	5.223	10.579	4.306	20.108

	Ativo			Passivo			Resultado
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido
2019							
TG Core Asset Ltda	9.162	2.096	11.258	2.910	1.026	7.322	11.258
Total controlada	9.162	2.096	11.258	2.910	1.026	7.322	11.258

10 Ativo imobilizado

	Taxa média de depreciação	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Benefitorias em imóveis de terceiros	20%	1.587	434	2.413	1.220
Máquinas e equipamentos	10%	44	-	220	204
Móveis e utensílios	10%	306	-	563	213
Computadores e periféricos	20%	506	-	1.080	424
Depreciação acumulada		(258)	-	(1.157)	(530)
		2.185	434	3.119	1.531

10.1 Movimentação

	Controladora				
	2019	Adições	Baixas	Depreciação	Reclassificações(a)
Benefitorias em imóveis de terceiros	434	1.084	-	(187)	66
Máquinas e equipamentos	-	67	-	(4)	(21)
Móveis e utensílios	-	338	-	(28)	(30)
Computadores e periféricos	-	514	-	(33)	(15)
	434	2.003	-	(252)	-

	Controladora				
	2018	Adições	Baixas	Depreciação	Reclassificações
Benefitorias em imóveis de terceiros	-	434	-	-	-
	-	434	-	-	-

	Consolidado				
	2019	Adições	Baixas	Depreciação	Reclassificações(a)
Benefitorias em imóveis de terceiros	942	1.098	-	(390)	92
Máquinas e equipamentos	144	85	-	(18)	(89)
Móveis e utensílios	169	340	-	(49)	6
Computadores e periféricos	276	649	-	(127)	(9)
	1.531	2.172	-	(584)	-
	2018	Adições	Baixas	Depreciação	Reclassificações
Benefitorias em imóveis de terceiros	703	455	(21)	(195)	-
Máquinas e equipamentos	97	61	(3)	(11)	-
Móveis e utensílios	149	49	(7)	(22)	-
Computadores e periféricos	154	199	(5)	(72)	-
Bens cedidos em comodato	8	-	(8)	-	-
	1.111	764	(44)	(300)	-

(a) No ano de 2020 foi realizada a avaliação, empacotamento e o registro do ativo imobilizado no sistema ERP da Empresa para aprimoramento do controle de depreciação e valor residual dos ativos fixos. Com o levantamento foram efetuadas reclassificações entre as rubricas do ativo imobilizado.

11 Direito de uso

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imóveis (a)	1.325	1.325	2.350	2.350
(-) Amortização	(363)	(97)	(939)	(383)
	962	1.228	1.411	1.967

(a) Refere-se a lajes corporativas alugadas, que na controladora estão localizadas na cidade de Goiânia e no consolidado refere-se a Goiânia e São Paulo para o uso das operações da TG Core Asset Matriz e Filial, cujo prazo médio de amortização é de 43 meses.

11.1 Movimentação do direito de uso

	Controladora			
	2019	Adições	Baixas	Amortização
Imóveis	1.228	-	-	(266)
Direito de uso	1.228	-	-	(266)

	Controladora			
	2018	Adoção inicial CPC 06	Baixas	Amortização
Imóveis	-	1.325	-	(97)
Direito de uso	-	1.325	-	(97)

	Consolidado			
	2019	Adições	Baixas	Amortização
Imóveis	1.967	-	-	(556)
Direito de uso	1.967	-	-	(556)

	Consolidado			
	2018	Adoção inicial CPC 06	Baixas	Amortização
Imóveis	-	2.350	-	(383)
Direito de uso	-	2.350		

Fluxo de pagamentos por ano:

	Controladora			Consolidado	
	2020	2019		2020	2019
2020	-	139	2020	-	432
2021	398	388	2021	675	675
2022	365	365	2022	490	490
2023	342	342	2023	342	342
2024	197	93	2024	207	104
Total	1.302	1.326	Total	1.714	2.043

15 Outros passivos

	Controladora			Consolidado	
	2020	2019		2020	2019
Compra de cotas da Investopar (a)	3.012	-	3.016	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-	-	4
	3.012	-	3.016	-	4
Circulante	1.385	-	1.385	-	4
Não circulante	1.627	-	1.631	-	-

(a) Refere-se à compra de cotas da Investopar com prazos de pagamento entre 15 e 35 meses, com vencimento final de 2023.

16 Empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado	
	Taxa de juros a.a. (%)	Vencimento		2020	2019
Empréstimos e financiamentos	4,5% a.a. + CDI	2021-2022	2.000	-	-
			2.000	-	-
Circulante			1.000	-	-
Não circulante			1.000	-	-
	Consolidado			Consolidado	
	Taxa de juros a.a. (%)	Vencimento		2020	2019
Empréstimos e financiamentos	4,5% + CDI / 3,75%	2021-2023	2.056	-	-
Cheque especial	16,63%		23	-	-
			2.079	-	-
Circulante			1.044	-	-
Não circulante			1.035	-	-

Fluxo de pagamentos por ano:

	Controladora			Consolidado	
	2020	2019		2020	2019
2020	-	-	-	-	-
2021	1.000	-	1.044	-	-
2022	1.000	-	1.022	-	-
2023	-	-	13	-	-
Total	2.000	-	2.079	-	-

17 Provisões para demandas judiciais

O Grupo possui processos de natureza trabalhista, em razão do curso normal das operações. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos para demandas judiciais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, houve a constituição de provisão para perda com processos trabalhistas no valor de R\$ 22. A Empresa não possui processos cuja expectativa de perda é possível.

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

	% Part.	Quantidade de Ações		Capital Social	
		2020	2019	2020	2019
Diego Siqueira Santos	93,10%	218.877	4.655	219	465
Giovanna Ferreira Dutra	6,90%	16.222	345	16	35
		235.099	5.000	235	500

Em junho de 2020, a Companhia realizou através da 6ª alteração contratual, a cisão parcial da Sociedade referente ao investimento não Core Business, Avenir Participações Ltda, no valor R\$ 265. Foi aprovada ainda a redução do valor por cota com consequente aumento da quantidade de cotas, conforme demonstrado acima. Esse aumento das cotas não resultou em alteração na participação percentual dos sócios.

18.2 Resultado por ação

O cálculo básico e diluído de lucro por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, consequentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia.

18.3 Dividendos

Conforme estatuto social da Companhia, após a constituição da reserva legal (5% até o limite de 20% do capital social), 1% do lucro líquido remanescente, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, será destinado para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório devido aos acionistas ficando o saldo remanescente disponível para deliberação da Assembleia Geral. Durante o exercício houve o pagamento de R\$ 97 a título de dividendos como parte do dividendo mínimo obrigatório.

19 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Taxa de performance	-	-	16.922	8.720
Taxa de gestão	-	-	7.422	5.478
PIS	-	-	(160)	(92)
COFINS	-	-	(729)	(426)
ISS	-	-	(1.217)	(710)
	-	-	22.238	12.970

20 Custo dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Remuneração direta	-	-	(1.157)	(650)
Encargos	-	-	(687)	(401)
Benefícios	-	-	(173)	(117)
Custos diversos	-	-	(126)	(205)
	-	-	(2.143)	(1.373)

21 Despesas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas administrativas e gerais				
Serviços compartilhados	(762)	(126)	(2.114)	(550)
Amortização de direito de uso	(266)	(97)	(556)	(383)
Depreciação e amortização	(252)	-	(587)	(309)
Reorganização Societária	(227)	-	(227)	-
Software e tecnologia	(177)	-	(425)	(161)
Aluguéis e condomínios	(96)	(32)	(336)	(318)
Pessoal	(90)	(52)	(533)	(617)
Consultoria	(81)	-	(175)	(127)
Despesas tributárias	(56)	(3)	(192)	(98)
Serviços de limpeza	(41)	(1)	(108)	(44)
Advogados	(10)	-	(310)	(165)
Provisões para demandas judiciais	-	-	(22)	-
Telefone e internet	-	-	(97)	(98)
Despesas relacionadas a fundos de investimento	-	-	(96)	(67)
Contabilidade	-	-	-	(106)
Despesas diversas	(252)	(16)	(878)	(601)
	(2.310)	(327)	(6.656)	(3.644)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas comerciais				
Serviços prestados por pessoa jurídica	(250)	-	(1.633)	(1.622)
Propaganda e publicidade	(60)	-	(574)	(521)
Viagens e representações	(2)	-	(257)	(477)
Endomarketing	(26)	-	(65)	-
Outras despesas	-	-	(7)	(51)
	(338)	-	(2.536)	(2.671)

22 Tributos sobre o lucro

Controladora	2020		2019	
	2020	2019	2020	2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro	-	-	12.114	-
Adições / exclusões	-	-	(14.844)	-
Resultado ajustado	(2.730)	-	-	-
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	34%	-	34%	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-

A Companhia possui prejuízos fiscais no montante de R\$ 2.730 decorrente do resultado negativo da base de cálculo do lucro real, não registrados contabilmente devido às projeções de resultado tributário futuro. O prejuízo fiscal poderá ser compensado, limitado a 30% do lucro real antes da compensação, com lucros apurados posteriormente da Companhia.

Tributos sobre o lucro das controladas

	2020	2019
Controladas no regime tributário Lucro Presumido		
Receita operacional sujeita a tributação	24.344	14.198
(X) Alíquota de presunção	32%	32%
Base de apuração IRPJ e CSLL	7.790	4.543
(X) Alíquota do imposto de renda	15%	15%
Imposto de renda	(1.169)	(682)
Base de adicional do imposto de renda	7.550	4.303
(X) Alíquota do adicional de imposto de renda	10%	10%
Imposto de renda adicional	(755)	(430)
Total de Impostos de renda	(1.924)	(1.112)
(X) Alíquota da contribuição social	9%	9%
Contribuição social	(701)	(409)
Total Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	(2.625)	(1.521)

23 Gestão do Risco

A Trinus Co entende que a identificação, o monitoramento e o controle dos diversos riscos relevantes às carteiras de valores mobiliários e à organização como um todo é essencial para dar transparência aos clientes da Companhia, bem como para potencializar a alocação eficiente de recursos.

O foco do gerenciamento de riscos é manter o perfil de risco da instituição e de suas carteiras dentro das estratégias de controle de risco estabelecidas pelos Comitês de Risco, Comitê de Ética e PLD (Prevenção à Lavagem de Dinheiro) e Comitê de Investimento. Dessa forma, a Diretoria de Risco acompanha continuamente as posições assumidas pelas carteiras e pelos fundos feridos. Como principal objetivo, a gestão dos riscos busca identificar todos os riscos existentes nas operações realizadas pela TG Core Asset e aprovar políticas, procedimentos e metodologias a fim de mitigar e controlar tais riscos.

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos, equivalentes de caixa e outros ativos financeiros.

Nas atividades de gestão de fundo, a principal controladora, a gestora de ativos TG Core Asset Ltda, segue a política adotada pelo administrador fiduciário dos fundos geridos. Além de analisar os relatórios de risco de mercado enviados por cada administrador, a gestora monitora todos os seus fundos a partir de indicadores como VaR, volatilidade e retorno x benchmark. A metodologia de gerenciamento de risco de mercado pode ser verificada no manual do sistema de avaliação do risco de mercado.

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber e outros ativos), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pela Administração e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Na gestão dos ativos, a controladora TG Core Asset realiza um acompanhamento diário de seus ativos de crédito privado. Logo, busca-se entender não só o ativo, mas também a operação como um todo desde sua origem, participando ativamente de todas as etapas anteriores à liquidação do ativo e coletando informações da operação, a fim de analisar quantitativamente e qualitativamente a qualidade do empreendimento. O risco de crédito está altamente vinculado à fase do ciclo de desenvolvimento imobiliário em que o ativo se encontra: i) lançamento; ii) obras; e iii) fluxo de recebíveis. Dito isso, riscos secundários como o risco do setor, risco de projeto, e a previsibilidade do fluxo variam e impactam fortemente na mensuração do risco de crédito do ativo. Busca-se mitigar esse risco, portanto, com participação aprofundada na tomada de cada decisão feita em relação ao empreendimento, na contratação de fornecedores para a prestação de serviços, no processo de diligência e escolha dos parceiros e nas análises prévias à entrada no empreendimento.

Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é acompanhada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelo departamento financeiro.

Quanto à liquidez de cada ativo gerido na atividade de gestão de ativos, a controladora TG Core Asset acompanha separadamente por fundo a capacidade que cada ativo tem de honrar seu passivo proporcionalmente. Desta forma, é possível analisar a liquidez do fundo em questão baseada não apenas em seu passivo, como também no histórico de passivos realizados e ainda em cenários hipotéticos de eventos estressados. Sendo assim, a gestora define tais cenários, inclusive um no qual todos os fundos devem ser compatíveis.

Valor justo de instrumentos financeiros

As tabelas abaixo demonstram as principais ativos e passivos financeiros da Companhia, e a comparação da classificação em custo amortizado e a comparação com os respectivos montantes estimados de valor justo.

	Controladora		Controladora		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	16	-	16	993	993
Títulos e valores mobiliários	-	1.105	1.105	-	-
Dividendos a receber	9.495	-	9.495	-	-
Outros créditos	206	-	206	89	89
Partes relacionadas	1.960	-	1.960	603	603
	11.677	1.105	12.782	1.685	1.685

Passivos financeiros

Fornecedores	758	-	758	297	297
Passivo de arrendamento	1.302	-	1.302	1.326	1.326
Empréstimos e financiamentos	2.000	-	2.000	-	-
Outros passivos	3.012	-	3.012	-	-
Partes relacionadas	-	-	-	80	80
	7.072	-	7.072	1.703	1.703

	Controladora		Controladora		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	18	-	18	1.205	1.205
Títulos e valores mobiliários	-	1.105	1.105	-	-
Contas a receber	17.822	-	17.822	8.937	8.937
Outros créditos	273	-	273	282	282
Partes relacionadas	1.960	-	1.960	-	-
	20.073	1.105	21.178	10.424	10.424

Passivos financeiros

Fornecedores	1.378	-	1.378	635	635
Passivo de arrendamento	1.714	-	1.714	2.043	2.043
Empréstimos e financiamentos	2.079	-	2.079	-	-
Outros passivos	3.016	-	3.016	4	4
Partes relacionadas	-	-	-	19	19
	8.187	-	8.187	2.701	2.701

Compromissos em 31/12/2020:

Descrição	Controladora				
	2021	2022	2023	2024	Total
Fornecedores	758	-	-	-	758
Empréstimos e financiamentos	1.000	1.000	-	-	2.000
Passivo de arrendamento	398	365	342	197	1.302

Descrição	Consolidado				
	2021	2022	2023	2024	Total
Fornecedores	1.378	-	-	-	1.378
Empréstimos e financiamentos	1.044	1.022	13	-	2.079
Passivo de arrendamento	675	490	342	207	1.714

Compromissos em 31/12/2019:

Descrição	Controladora					
	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Fornecedores	297	-	-	-	-	297
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	138	388	365	342	93	1.326</